

A PRODUÇÃO DE PRÁTICAS DISCURSIVAS INFLUENCIADAS PELO NEOLIBERALISMO E PELO PODER DISCIPLINAR NO IFFAR.

Juliana Mezomo Cantarelli¹

RESUMO: Os Institutos Federais constituem espaços fundamentais na constituição dos caminhos visando o desenvolvimento local e regional, devendo ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas por um mercado. Nessa perspectiva foi criado em 2008, através da lei nº 11.892, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar. O IFFar disponibiliza grande variedade de cursos em diferentes modalidades, todos com propósito da qualificação e humanização do sujeito. Porém, para que isso aconteça é necessário conhecer as fragilidades, dilemas e potencialidades dos sistemas educacionais, buscando a superação de todos os obstáculos. Com isso, é de suma importância o professor, visto que, seu papel é estruturante dentro do sistema educativo, pois Ele é o meio pelo qual o aluno aprende a ser ele mesmo. Assim, é necessário que o professor tenha clareza da importância de seu papel e de sua função, pois a lógica do pensamento conservador, influenciado pelo modelo neoliberal, faz com que muitas escolas priorizem as questões relacionadas ao emprego, mercado de trabalho, usando para tal o poder disciplinar. Desse modo, esse trabalho tem como objetivo analisar se os valores neoliberais tem se produzido como práticas discursivas no âmbito do IFFar e a relação dessa produção com o poder disciplinar. Esta pesquisa de abordagem qualitativa e de cunho bibliográfico utiliza como principal teórico os estudos de Michel Foucault.

Palavras-chave: práticas discursivas, neoliberalismo, poder disciplinar, educação tecnológica.

INTRODUÇÃO:

Os Institutos Federais constituem espaços fundamentais na constituição dos caminhos visando o desenvolvimento local e regional, devendo ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas por um mercado (PACHECO, 2011).

Nessa perspectiva, visando formar cidadãos críticos, autônomos e empreendedores, comprometidos com o desenvolvimento sustentável e um papel ativo na sociedade em prol do coletivo, foi criado através da lei nº 11.892, em 29 de dezembro de 2008 o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar. Uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica. Para sua

¹ Graduada em ciências sociais. Mestra em educação (UFSM), doutoranda em educação (UFPEL). Professora de Sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha -IFFar.

formação se utilizou da infraestrutura já existente da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, através da fusão e transformação do Centro Federal Tecnológico de São Vicente do Sul, Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, Unidade Descentralizada de Júlio de Castilhos e Unidade Descentralizada de Santo Augusto.

A educação profissional tem o trabalho como princípio educativo, e, para tal, a intervenção social deve ser percebida como prática pedagógica, entrelaçando homem – cultura – tecnologia. Com isso, buscassem proporcionar condições necessárias para a construção de cidadãos histórico-críticos, que percebam o ser humano como motivo primeiro e principal de suas ações.

Para tal, o Instituto Federal Farroupilha (IFFar) oferta uma grande variedade de cursos em diversas modalidades. Todos com o propósito da qualificação e humanização do sujeito. Porém, para que esse existir humanamente aconteça é necessário conhecer as fragilidades, dilemas e potencialidades dos sistemas de ensino, buscando a superação dos obstáculos presentes no dia a dia educacional. Sendo assim, percebe-se que é de suma importância o professor, visto que seu papel é estruturante dentro do sistema educativo, pois Ele é o meio pelo qual o aluno aprende a ser ele, bem como, a analisar e se preciso interferir no cotidiano e em seu entorno.

Nesse processo educativo de caráter crítico-reflexivo, o professor deve assumir uma atitude orientada pela e para a responsabilidade social, tendo consciência do seu papel como educador. Nessa perspectiva, o docente deixa de ser um transmissor de conteúdos acrílicos e definidos por especialistas externos e passa a assumir uma atitude de problematizador e mediador no processo ensino-aprendizagem. Tudo isso, sem perder sua autoridade nem, tampouco, a responsabilidade com a competência técnica dentro de sua área do conhecimento (DOCUMENTO BASE, 2007, p. 34 apud Freire, 1996).

Logo, percebe-se que o professor é fundamental, afinal é ele quem vai nortear o trabalho em sala de aula. Trabalho esse que será desenvolvido conforme seu próprio entendimento em relação ao seu papel, sua função dentro da Instituição, pois, os professores acabam incorporando ideologias às suas práticas e adaptando seu comportamento de acordo com as mesmas. Todavia, é necessário que o professor tenha clareza da importância de seu papel e de sua função, visto que as políticas educacionais serão mais ou menos efetivadas de acordo com o trabalho realizado pelos docentes em sala de aula. Para Connel (2013) os professores são os trabalhadores que, através da sua posição dentro da escola e da sua práxis, podem contribuir para uma mudança significativa em relação à função social da escola.

Entretanto, também podem simplesmente reproduzir a ordem vigente, afinal, cabe aos professores grande parte do poder disciplinar, bem como, do uso dos aparelhos disciplinares.

Desse modo, esse trabalho tem como objetivo analisar como o neoliberalismo² tem se produzido como práticas discursivas no âmbito do IFFar e a relação dessa produção com o poder disciplinar e suas ramificações.

DESENVOLVIMENTO:

A sociedade está a cada dia mais complexa. Mudanças sociais, tecnológicas, culturais acontecem diariamente de forma acelerada, visto que o mundo está cada vez mais globalizado. Somam-se a isso os valores neoliberais cada vez mais presentes na vida em sociedade, moldando pensamentos e ações, produzindo discursos, ou seja, construindo um modo de ser e viver.

A educação não se difere desse contexto de mudanças e também acaba sofrendo, direta ou indiretamente, explícita ou disfarçadamente, as influências do modelo neoliberal. Esse modelo tão presente na sociedade ocidental acaba se tornando “natural” e por vezes passando despercebido no cotidiano social, contribuindo para que o senso comum construa esse discurso como hegemônico.

Afirma Gandin e Hypólito (2003, p. 76) que “os grupos hegemônicos transformam seu discurso em hegemônico porque são capazes de “convencer” os grupos dominados a usarem suas lentes para “enxergarem” a realidade e guiarem suas ações da vida cotidiana.” Os grupos dominantes “atuam para saturar nossa própria consciência, de maneira que o mundo educacional, econômico e social que vemos e com o qual interagimos, bem como as interpretações do senso comum que a ele atribuímos, se torna o mundo tout court, o único mundo.” (APPLE, 2006, p. 39).

Dentro desse contexto, o modelo educacional que acaba tendo mais força é o que prioriza o ensino em relação às necessidades do mercado. Nesse modelo o ensino é extremamente utilitarista, tendo valor somente o que apresenta algum benefício material para a vida do aluno (TORRES, 2003).

² As ideias neoliberais são entendidas como “uma estratégia de poder que se implementa em dois sentidos articulados: por um lado, através de um conjunto razoavelmente regular de reformas concretas no plano econômico, político, jurídico, educacional, etc., e, por outro, através de uma série de estratégias culturais orientadas a impor novos diagnósticos acerca da crise e construir novos significados sociais a partir dos quais legitimar as reformas neoliberais como sendo as únicas que podem (e devem) ser aplicadas no atual contexto histórico de nossas sociedades (GENTILI, 1996, p.9).

Para Torres (2003), esse modelo de educação enfatiza a qualidade entendida como produtividade. Já, o fracasso, sucesso, problemas disciplinares, aprendizagem, dificuldades, notas, etc., como uma situação individual, de responsabilidade exclusiva do próprio indivíduo. Com isso, desresponsabiliza o Estado e os professores do seu compromisso social. São desconsiderados também outros fatores importantes, como o contexto familiar, cultural, econômico e social em que se encontra o aluno. Para os adeptos dessa forma de pensar, adaptar os currículos às necessidades dos alunos seria o mesmo que diminuir os níveis de exigência do ensino. Isso iria contra as propostas do mercado, contrariando os interesses neoliberais.

Todavia, não se pode educar pensando somente em testes, resultados ou formação de especialistas. “A educação é uma prática moral e política, e sempre pressupõe uma introdução e preparação para formas específicas de vida social, uma interpretação particular das noções de comunidade e daquilo que o futuro pode trazer” (GIROUX, 2003, p. 61). Sendo assim, é importante sempre lembrar que a escola contemporânea tem uma função educativa que deve se embasar e considerar dois eixos complementares de intervenção (GÓMEZ, 1998, p 22):

- organização do desenvolvimento radical da função compensatória das desigualdades de origem, mediante a atenção e o respeito pela diversidade;
- preparação dos alunos para pensar criticamente e agir democraticamente numa sociedade não democrática.

Sendo assim, a educação profissional e tecnológica deve ser entendida como política pública, não só porque é fonte de financiamento e manutenção, mas “por seu compromisso com o todo social” (PACHECO, 2011, p. 18).

Segundo Pacheco, a educação profissional e tecnológica tem um papel no contexto social não só ligado ao desenvolvimento econômico, mas na inserção cidadã de milhões de brasileiros, sendo por isso, um novo tipo de instituição. Uma instituição que tenha como compromisso modificar a vida humana e transformar a sociedade. Por isso, é “incompatível com uma visão conservadora da sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social” (2011, p. 19).

Todavia, a lógica do pensamento conservador, influenciado pelo modelo neoliberal, faz com que a escola em geral e o IFFar não é exceção, muitas vezes priorize as questões relacionadas ao emprego e ao mercado de trabalho. “Parece existir mais preocupação em memorizar fórmulas, dados e generalizações descontextualizadas que em chamar a atenção para realidades concretas, tanto longínquas quanto locais” (TORRES, 2003, p. 203).

Desse modo, torna-se visível a presença do poder disciplinar. Esse, segundo Foucault (2009), apresenta o adestramento como função principal. Adestrando consegue se apropriar mais e melhor.

Afirma Foucault que

Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até as singularidades necessárias e suficientes. Adestra as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais – pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios (2009, p. 164).

Complementa Foucault (2009) apontando que a disciplina é a técnica de um poder que faz dos indivíduos objetos e também instrumentos para a sua efetivação, ou seja, a disciplina “fabrica indivíduos”. Além disso, a disciplina é um poder que funciona em vários lugares, de várias formas, usando de vários procedimentos, muitos inclusive modestos e discretos, que vão desde um olhar, perpassando por sanções e exames.

Também, cabe destacar que este poder disciplinar se vale do aparelho disciplinar que tem a vigilância como um instrumento que contribui para a manutenção da disciplina. “A vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar” (FOUCAULT, 2009, p. 169).

Porém, afirma Giroux (2003, p. 155), que se os estudantes “não estiverem prontos para defender seus direito à liberdade e à igualdade em suas relações pessoais, eles também não irão lutar de maneira consistente por seus interesses econômicos.” Por isso, a prática docente se torna importante, pois é uma atividade que inclui diversos saberes pedagógicos que deveriam ser provenientes de reflexões, inclusive sobre a própria prática. Desse modo, “é impossível compreender a natureza do saber dos professores sem colocá-lo em íntima relação com o que os professores, nos espaços de trabalho cotidiano, são, fazem, pensam e dizem” (TARDIF, 2012, p. 15).

Creio que o problema para professores e professoras, lamentavelmente, é que no seu curso de formação, em nosso curso de formação, já que não estamos falando de alguma coisa fora de nós, nós somos parte disso, em nossa formação nós aprendemos sobre uma escola que se pauta pela homogeneização e que trata o que foge à norma como anormal, como precisando ser tratado para ser reintegrado ao harmonioso mundo da “normalidade”(GARCIA, 2012, p. 15).

Com isso, muitas vezes, o professor percebe o poder disciplinar e os mecanismos de controle como um aliado para manutenção da ordem que julga necessária para executar as atividades em sala de aula. Utiliza de premiações e punições no decorrer das aulas,

estimulando a concorrência entre os alunos, afinal vive-se numa sociedade meritocrática e competitiva e os alunos devem estar preparados para tal. Esse discurso, direta ou indiretamente, é percebido em reuniões, falas e ações de alguns professores, e também dos do IFFar.

Para Foucault (2009, p. 171), “na essência de todos os sistemas disciplinares, funciona um pequeno mecanismo penal”. Essas penalidades abrangem tanto castigos como recompensas, muitas vezes são utilizadas pelos professores para manter o status quo, para que todos se pareçam, para que sejam dóceis subordinados e que cumpram com seu papel de aluno. Além disso,

a ordem que os castigos disciplinares devem fazer respeitar é de natureza mista: é uma ordem artificial, colocada de maneira explícita por uma lei, um programa, um regulamento. Mas é também uma ordem, definida por processos naturais e observáveis: a duração de um aprendizado, o tempo de um exercício, o nível de aptidão tem por referência uma regularidade, que é também uma regra (FOUCAULT, 2009, p. 172).

Assim, a organização dos espaços, a distribuição dos lugares visando controlar o tempo, o rendimento e a aprendizagem, contribui para que muitas escolas sejam além de um espaço de aprender, também um lugar onde a hierarquia serve para punir, recompensar e vigiar. A escola cria um aparato de micro penalidades das mais variadas formas que envolvem desde o tempo, atividades, discursos, sexualidade até humilhações (FOUCAULT, 2009).

Todos esses procedimentos contemplam o discurso neoliberal que faz da escola um espaço quase que exclusivo de criação de competências e habilidades para que o aluno possa competir no mercado de trabalho cada vez mais difícil e excludente. “Para os neoliberais, nisso reside a “função social da escola”(GENTILI, 1996). Esse modelo de educação enfatiza a qualidade entendida como produtividade, o fracasso, sucesso, problemas disciplinares, aprendizagem, etc., como uma situação individual, de responsabilidade de cada um. Com isso, desresponsabiliza o Estado e os professores do seu compromisso social.

Nesse modelo neoliberal,

A escola transmite e consolida, algumas vezes de forma explícita e em outras implicitamente, uma ideologia cujos valores são o individualismo, a competitividade e a falta de solidariedade, a igual forma de oportunidades e a desigualdade natural de resultados em função de capacidades e esforços individuais. Assume-se a ideia de que a escola é igual para todos e de que, portanto, cada um chega onde suas capacidades e seu trabalho pessoal lhes permite (GÓMEZ, 1998, p. 16).

Envolvidos nesse discurso, muitas vezes o professor entende que ser um “bom” profissional, ter responsabilidade e comprometimento está relacionado apenas como a

transmissão dos conteúdos. Passa então a exigir do aluno o comportamento que considera adequado para a realização das atividades em sala de aula. Assim, exige de forma irrefutável o silêncio, a disciplina, o interesse, etc., não considerando o aluno na sua totalidade. Quando esse comportamento não acontece, culpabiliza o aluno pela indisciplina, desinteresse, desordem; criticando suas atitudes e ações. (AQUINO, 2000) Dispensa a análise de suas próprias práticas, naturalizando os papéis e funções de cada um, não problematizando os acontecimentos em sala de aula (GIGLIO, 1999).

Desse modo, em função da meritocracia e a consequente busca de resultados, a educação como bem público e direito social de todos, vai sendo ignorada. Passa a ser regulada pelo mercado, tendo seus resultados mensurados, tornando-se uma mercadoria que, entregue a especialistas, pode ser medida e quantificada. (OLIVEIRA, 2015).

Com isso,

Os sistemas educacionais, e quem neles trabalha, precisam repensar com seriedade sua responsabilidade política e, portanto, sua possibilidade de somar-se as lutas sociais que numerosos coletivos sociais vêm levando para tratar de construir outro mundo mais justo e solidário. O coletivo docente tem de conscientizar-se de que um mundo mercantilizado é uma ameaça a muito curto prazo para a maioria das instituições escolares, pois não estão em condições de participar em pé de igualdade com os centros de elite nos quais as famílias e coletivos sociais e ideológicos com maior poder econômico realizam seus investimentos (SANTOMÉ, 2011, p.58).

Além disso, “a educação é uma prática moral e política, e sempre pressupõe uma introdução e preparação para formas específicas de vida social, uma interpretação particular das noções de comunidade e daquilo que o futuro pode trazer” (GIROUX, 2003, p. 61).

Desse modo, concorda-se com Torres Santomé (2013, p 59) quando afirma que “uma educação verdadeiramente crítica é o melhor antídoto contra o vocabulário “venenoso” com que a direita trata de nos vender sua nova fantasia de aceitação de um mundo imoral, autoritário e injusto; realidade contra a qual, obviamente, é necessário rebelar-se”.

Portanto, percebe-se que a reflexão torna-se fundamental, especialmente por parte do professor, visto que,

[...] não somos neutros, somos seres sociais portadores de visões de mundo e de perspectivas de interpretações parciais, mesmo sendo altamente competentes em nossos conhecimentos e práticas educacionais. Temos preconceitos e práticas discriminatórias que só podem ser compreendidas e repensadas dentro de nossas trajetórias de historicidades individual e social. Tratar de nossas histórias, na perspectiva da diversidade cultural, é também enfrentar nossas limitações (CAREGNATTO, PINHO, 2013, p. 190).

Sendo assim, percebe-se que as práticas discursivas serão analisadas e se necessário

modificadas quando o professor parar para refletir sobre as mesmas, sobre suas ações, sobre o seu próprio modo de pensar, agir, se posicionar frente ao mundo, as pessoas, as situações. Afinal, somos também parte do que aprendemos, da sociedade em que estamos inseridos, da cultura que vivemos, da herança que recebemos.

CONCLUSÃO:

Um dos objetivos fundamentais dos Institutos Federais, e, portanto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, é romper as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando sempre trabalho, ciência e cultura, na perspectiva humana. Para que isso aconteça, deve-se recusar o conhecimento exclusivamente enciclopédico e, segundo Pacheco (2011, p.14) buscar “uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior nele”.

Para tal, cabe aos professores em geral e dos do Instituto Federal Farroupilha em especial, conhecer as diretrizes educacionais que regem a instituição em relação ao cumprimento dos seus objetivos educacionais. Objetivo estes que expõem que preparar exclusivamente para o exercício do trabalho não é formar profissionalmente. Formar profissionalmente é ir além, “é proporcionar a compreensão das dinâmicas sócio produtivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes, e também habilitar as pessoas para o exercício autônomo e crítico de profissões, sem nunca se esgotar a elas” (PACHECO, 2011, p 46).

Assim, percebe-se que para educar profissionalmente não se pode secundarizar as relações humanas em função da técnica e da ciência, pois essas devem ser entendidas como um meio e não um fim da educação e do desenvolvimento ético e social do ser humano. Afinal, “a educação não corrige necessariamente as estruturas e os comportamentos desiguais, mas poderia chegar a ser um importante mecanismo se os cidadãos e cidadãs pudessem desenvolver as suas capacidades de crítica e de luta por uma sociedade mais justa e democrática” (TORRES SANTOMÉ, 2013, p.160).

Os professores e professoras são os principais intermediários culturais que a sociedade oferece a garotos e garotas, com enorme poder em suas mãos, pois se encarregarão de apresentar a história, o passado da humanidade e, logicamente, da comunidade à qual pertence a instituição escolar em que trabalha. De acordo com a seleção do passado, tentará explicar o presente, buscando nesse passado as razões do que acontece atualmente. E, enquanto trabalha esse passado e presente da sociedade com alunos e alunas, esta fazendo algo decisivo: apresentando o mundo das possibilidades (SANTOMÉ, 2003, p. 211).

Portanto, cada vez mais se torna necessária outras formas de lidar com o conhecimento, maneiras que superem o modelo hegemônico disciplinar e produtivista ainda tão presente dentro das escolas e institutos federais. Pois, mesmo sabendo que em grande parte os discursos podem e são reproduzidos, sabe-se também que se pode resistir a eles, desde que as pessoas tenham condições de perceber, analisar e pensar outras formas e condições de trabalho, relacionamento, ideias e ações. Afinal, “as crenças e ações humanas são construídas e modificadas em função das circunstâncias em que se vive e se trabalha” (TORRES, 2003, p. 240).

Todavia, se a educação não tem fins e intentos claros, “surge um descontentamento, tratando de denunciar a perda de sentido e a inutilidade das propostas educacionais. E logo aparecem suspeitas de que as instituições de ensino na verdade conseguem o contrário daquilo que pregam os discursos oficialistas” (SANTOMÉ, 1998, p. 26).

Sendo assim, cabe aos professores criarem outras práticas discursivas mais democráticas e reflexivas, onde o poder disciplinar não precise nortear o trabalho em sala de aula. Pois, se formas mais democráticas não norteam o trabalho docente, a escola continuará contribuindo para que as políticas neoliberais se mantenham moldando corpos e mentes não somente em relação ao trabalho, mas sim, em todos os aspectos da vida em sociedade, fazendo da educação, cada vez mais, uma mercadoria que pode ser comprada ou vendida de acordo com as leis do mercado.

REFERÊNCIAS:

AQUINO, Júlio Groppa. **Do cotidiano escolar: ensaios sobre a ética e seus avessos**. São Paulo: Summus, 2000.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei Federal nº 11.892** de 29 de dezembro de 2008. Brasília, 2008.

CAREGNATTO, C. E.; MEINERZ, C. B. Educar para a diversidade: viver diferenças e tensionar desigualdades na escola. In: CAREGNATTO, C. E.; BOMBASSATO, L. C. (org.) **Diversidade culturas: viver as diferenças e enfrentar as desigualdades na educação**. Erechim: Novello & Carbonelli, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 37 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GIGLIO, Celia M. Benedicto. A violência escolar e o lugar da autoridade: encontrando soluções partilhadas. In: **Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1999.

GIROUX, Henry A. **Atos impuros**: a prática política dos estudos culturais. Trad: Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2003.

HYPOLITO, Álvaro Moreira, GANDIN, Luís Armando. **Educação em tempos de incertezas**. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

OLIVEIRA, Dalila A. **Nova gestão pública e governos democrático-populares**: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito a educação. Revista Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº 132, p. 625-646, jul.-set., 2015.

PACHECO, Eliezer (org.). **Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Ed Moderna Ltda, 2011.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. Instituições educacionais no marco de sociedades abertas e educadoras: a necessidade de estruturas flexíveis e de articulação entre atividades escolares e extraescolares. In: **Currículo e educação básica**: por entre redes de conhecimentos, imagens, narrativas, experiências e devires. Carlos Eduardo Ferraço (org). Rio de Janeiro: Rovel, 2011.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 13ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

TORRES, S. J. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

TORRES, S. J. **Currículo escolar e justiça social**: o cavalo de troia da educação. Porto Alegre: Penso, 2013.